

# A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA POVOS INDÍGENAS NO ESTADO DA BAHIA (2007-2014).

Dissertação de mestrado apresentada por CARLOS RAFAEL DA SILVA em 2014.

Orientador: PROF. DR. VALDEMAR FERREIRA DE ARAÚJO FILHO

## Resumo:

A política de educação escolar indígena, a partir do ano de 1991, deixa de ser responsabilidade exclusiva da Fundação Nacional do Índio, sendo então coordenada pelo Ministério da Educação e executada pelas unidades subnacionais. A presente dissertação trata das ações da Secretária da Educação do Estado da Bahia voltadas para os públicos indígenas, tendo como objetivo a identificação, observação, descrição e análise do processo de implementação da política de educação básica para povos indígenas, durante a gestão do Partido dos Trabalhadores no Executivo Estadual (2007-2014), envolvendo planos, programas e ações da referida Secretaria. Este estudo foi concebido com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre políticas públicas e de contribuir para análise de um objeto inexistente na literatura da ciência política brasileira. Para tanto, por meio de uma metodologia qualitativa, utilizei as técnicas de pesquisa da entrevista em profundidade, da análise documental e bibliográfica e da etnografia, estudando os atores relevantes e as instituições e agências estatais envolvidas, no intuito de compreender a dinâmica do processo de implementação. Por meio de um modelo analítico intermediário, que mescla características dos modelos do tipo bottom up e top down, o estudo demonstra que o processo de execução de ações governamentais é condicionado pelo desenho institucional da implementação, que envolve as dimensões organizacionais, financeiras, logísticas e administrativas da Secretária da Educação, bem como sofre influência da ação dos atores implementadores. Esses condicionantes são elementos essenciais para se compreender os déficits de implementação da formação e contratação de professores indígenas, da construção de escolas e nos serviços de merenda e transporte escolar, devido às explicações que fornecem sobre os problemas de eficácia e eficiência da política. Diante disso, também argumento que a descentralização da política culminou num ambiente de fluidez institucional, no qual a autonomia política e administrativa dos municípios e do estado, frente à falta de coordenação da política pelo governo federal, concede liberdade para que as unidades subnacionais não executem as ações de acordo com a legislação atual, dada a falta de constrangimentos e de clareza sobre as responsabilidades dos entes federativos. Assim, a implementação da política educacional para indígenas apresenta-se como uma etapa autônoma do ciclo da política pública, envolvendo decisões e dinâmicas próprias que devem ser explicadas com base em modelos analíticos que deem visibilidade às instituições e atores presentes no processo.

Palavras-chave: Educação escolar indígena; política indigenista; políticas públicas; implementação; Governo do Estado da Bahia.

Banca examinadora: PROF. DR. VALDEMAR FERREIRA DE ARAÚJO FILHO PROFa. Dra América Lúcia Silva Cesar PROFa. Dra Maria Viscória Espiñeira González